



Prefácio

É com imensa satisfação que apresentamos mais uma edição de nossa Revista Jurídica da Amazônia, um espaço dedicado à reflexão crítica e à análise aprofundada de temas que moldam o cenário do Direito contemporâneo. Em um mundo cada vez mais complexo e interconectado, o papel do jurista transcende a mera aplicação da norma, exigindo uma compreensão holística dos desafios sociais, econômicos e ambientais. Os artigos que compõem este volume são testemunhos dessa necessidade premente, abordando desde a atuação do Ministério Público na defesa de interesses coletivos até as intrincadas relações entre tecnologia, sustentabilidade e direitos fundamentais.

Esta edição é um convite à jornada intelectual, permeada por discussões robustas e proposições inovadoras. Iniciamos com a perspicaz análise de **Marcos Paulo Sampaio Ribeiro da Silva**, em “Interesses tutelados pelo parquet e acesso à justiça”. O autor explora a dinâmica e a mutação dos interesses que podem ser objeto de Ações Cíveis Públicas propostas pelo Ministério Público, defendendo a ampliação de sua tutela para abarcar qualquer interesse socialmente relevante, reforçando o acesso à justiça em uma sociedade com profundas mazelas.

Na sequência, **Marcos Geromini Fagundes** nos provoca com “Sustentabilidade ambiental: um debate necessário acerca do consumo e a racionalidade ambiental”. Sua pesquisa bibliográfica e legislativa delineia um contraponto entre o modelo econômico capitalista, fundado no consumo, e a sustentabilidade ambiental, alicerçada na racionalidade ambiental, apontando para a urgência de uma nova visão de mundo e a contribuição da educação ambiental para um futuro mais equilibrado.

A questão ambiental é aprofundada por **Jefferson Marques Costa** em dois artigos complementares. Em “Influência da hermenêutica constitucional na formulação e implementação de políticas públicas de sustentabilidade no Brasil”, o autor investiga como a interpretação da Constituição Federal é central para conformar as políticas de sustentabilidade, especialmente as ambientais, alinhando as leis aos objetivos de desenvolvimento sustentável. Prosseguindo, em “Judicialização da política ambiental no Brasil: entre o ativismo judicial e a autocontenção na proteção dos direitos ambientais”, Costa examina a tensão inerente à intervenção judicial em matérias ambientais, argumentando que um judiciário equilibrado e cooperativo é fundamental para enfrentar os desafios ambientais de forma eficaz e sustentável, como uma resposta necessária à inércia dos outros poderes.

Amplificando o leque temático, **Tiago Lopes Nunes** oferece uma crítica contundente em “A política estadunidense de guerra às drogas e seus reflexos no Brasil”. O artigo desmistifica a política proibicionista, mostrando como sua importação acrítica gerou consequências gravíssimas no Brasil, com o recrudescimento penal servindo a interesses morais e oligárquicos, sem qualquer evidência científica de sua eficácia na redução da criminalidade.



A inovação tecnológica e seus dilemas são abordados por **Maria Eduarda Baldi e Walter Amaro Baldi** em “Governança climática e inteligência artificial na Amazônia: os dilemas jurídicos da transição energética”. Os autores analisam os desafios jurídicos da aplicação da Inteligência Artificial em políticas de transição energética na Amazônia, sublinhando a necessidade de um marco regulatório sistêmico que garanta a proteção dos direitos fundamentais e a equidade intergeracional diante dos riscos da opacidade algorítmica e da exclusão digital.

Retornando à importância da coletividade, **Marcos Geromini Fagundes**, em seu segundo artigo nesta edição, “Solidariedade ambiental: o papel democrático da participação popular na construção de um futuro sustentável”, ressalta o papel da participação popular e da solidariedade na governança ambiental democrática, destacando o direito ambiental como uma expressão da solidariedade e a responsabilidade coletiva como pilares para um futuro sustentável. Complementando o debate ambiental, **Aldair Marins da Silva** oferece uma perspectiva inovadora em “Jurisprudência e políticas públicas de proteção ambiental na Amazônia brasileira: intersecção com o direito animal”, explorando a complexa relação entre a proteção ambiental e os direitos dos animais na Amazônia, bem como o papel das instituições na efetivação desses direitos.

Em uma análise tocante sobre a inclusão e a igualdade, **Francisca Chagas Lima Medeiros e Aldrin Willy Mesquita Taborda** trazem “Entre liberdade e igualdade à luz da teoria de Amartya Sen: o Ministério Público como garantidor desses direitos para as pessoas com deficiência”. O trabalho examina a atuação do Ministério Público na promoção das liberdades substantivas e da igualdade de oportunidades para pessoas com deficiência, fundamentado na teoria das capacidades de Amartya Sen.

Finalmente, **Marcos Paulo Sampaio Ribeiro da Silva e Silvano Miller de Souza** encerram esta rica compilação com “Desafios e perspectivas da saúde pública no Brasil: uma análise do Sistema Único de Saúde (SUS)”. O artigo investiga as complexas dinâmicas do financiamento do SUS, o impacto da Emenda Constitucional nº 95/2016 e as reformulações na Atenção Primária, defendendo a necessidade de revisão fiscal e ampliação de investimentos para assegurar a sustentabilidade e a efetividade das políticas de saúde no Brasil.

Confiamos que esta coletânea de artigos não apenas enriquecerá o conhecimento jurídico de nossos leitores, mas também inspirará novas discussões e pesquisas que contribuam para a construção de um Direito mais justo, equitativo e atento às demandas da sociedade. Agradecemos a todos os autores pela excelência de seus trabalhos e convidamos à leitura atenta e reflexiva.